



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

Terça-feira, 30 de Dezembro de 2008

Número 251

## ÍNDICE

### PARTE C

## SUPLEMENTO

### Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Secretaria-Geral:

**Aviso n.º 30744-A/2008:**

Abertura de concurso interno de acesso geral para especialista de informática de grau 1, nível 2 ..... 51284-(3)

### Ministério da Saúde

Hospital de Magalhães Lemos:

**Aviso n.º 30744-B/2008:**

Lista nominativa do pessoal do Hospital de Magalhães Lemos em situação de mobilidade especial por opção voluntária ..... 51284-(3)

### PARTE H

### Câmara Municipal de Alcácer do Sal

**Aviso n.º 30744-C/2008:**

Transferência para o quadro desta autarquia de Amílcar António Grilo de Macedo ... 51284-(4)

### Câmara Municipal de Aveiro

**Aviso n.º 30744-D/2008:**

Nomeação, por transferência, no lugar de técnica profissional de 2.ª classe (medidor orçamentista) de Ana Patrícia Veiga Teles Veríssimo Moreira, funcionária do quadro da Câmara Municipal de Alfândega da Fé ..... 51284-(4)

**Aviso n.º 30744-E/2008:**

Autorização ao pedido de licença sem vencimento do funcionário José Manuel Pinto de Almeida com a categoria de cantoneiro de limpeza ..... 51284-(4)

**Aviso n.º 30744-F/2008:**

Substituição da reclassificação profissional do funcionário António Correia Marcelino na categoria de fiscal do serviço de higiene e limpeza pela categoria de encarregado de serviços de higiene e limpeza ..... 51284-(4)

**Aviso n.º 30744-G/2008:**

Revogação das reclassificações profissionais dos funcionários Pedro Miguel Marques Ruivo e José Maria Cruz Andril ..... 51284-(4)

**Aviso n.º 30744-H/2008:**

Nomeação de vários funcionários nas respectivas categorias de promoção em função da conclusão de vários concursos internos de acesso limitados . . . . . 51284-(4)

**Aviso n.º 30744-I/2008:**

Reclassificação profissional de vários funcionários . . . . . 51284-(5)

**Câmara Municipal da Maia****Aviso n.º 30744-J/2008:**

Nomeação de funcionários aprovados em diversos concursos internos de acesso limitado . . . . . 51284-(5)

**Câmara Municipal de Matosinhos****Aviso n.º 30744-L/2008:**

Reclassificações Profissionais de vários funcionários . . . . . 51284-(6)

**Aviso n.º 30744-M/2008:**

Nomeações de vários funcionários . . . . . 51284-(6)

**Câmara Municipal de Pombal****Aviso n.º 30744-N/2008:**

Alteração da composição do júri dos concursos externos de ingresso para um técnico superior de segurança e higiene do trabalho estagiário e para um técnico superior (engenheiro do ambiente) estagiário . . . . . 51284-(7)

**Câmara Municipal da Ribeira Brava****Aviso n.º 30744-O/2008:**

Nomeação para preenchimento de uma vaga de operário qualificado — cantoneiro de arruamentos . . . . . 51284-(7)

**Junta de Freguesia de Oliveira do Douro****Aviso n.º 30744-P/2008:**

Reclassificação profissional da funcionária Maria de Fátima Pereira dos Reis . . . . . 51284-(7)

**Junta de Freguesia de Vaqueiros****Aviso (extracto) n.º 30744-Q/2008:**

Aviso de Nomeação — Perpétua Marta Teixeira Martins . . . . . 51284-(7)

**Câmara Municipal da Ribeira Brava****Aviso n.º 30744-R/2008:**

Procedimento concursal para o provimento de uma vaga de chefe de divisão, para a área de administração geral e recursos humanos (cargo de direcção intermédia de 2.º grau), do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ribeira Brava . . . . . 51284-(7)

**PARTE J**



## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Secretaria-Geral

Aviso n.º 30744-A/2008

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho de 2008/12/23 da Secretaria-Geral, no uso de competência própria, se encontra aberto concurso interno de acesso geral, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da publicação do presente aviso, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na categoria de Especialista de Informática de grau 1, nível 2, da carreira de Especialista de Informática, do Mapa de Pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, constante do mapa anexo à Portaria n.º 161/99, de 10 de Março.

2 — Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro (P20087719, fechado em 19-12-2008, sem candidatos).

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelos:

Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril;

Programa de provas publicado pelo despacho conjunto n.º 28/2003, de 27 de Novembro de 2002 (D.R. n.º 11, 2.ª série, de 14 de Janeiro de 2003);

Código do Procedimento Administrativo.

4 — Prazo de validade — o concurso visa o preenchimento do posto de trabalho mencionado, esgotando-se com o seu preenchimento.

5 — Conteúdo funcional — o correspondente ao exercício das funções descritas no artigo 2.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril, predominantemente na al. a) do n.º 1, als. b) e c) do n.º 2 e n.º 5.

6. Local de trabalho — o posto de trabalho situa-se nas instalações da Secretaria-Geral, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, na Praça do Comércio, em Lisboa.

7 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração será a resultante da aplicação do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, sendo as condições de trabalho e as regalias as genericamente vigentes para a Administração Pública.

8 — Condições gerais de admissão — as previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Condições especiais de admissão — Licenciatura no domínio da informática, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 8.º do DL 97/2001, de 26 de Março.

10 — Métodos de selecção — prova de conhecimentos específicos e entrevista profissional de selecção, a primeira com carácter eliminatório.

10.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da prova de conhecimentos específicos e da entrevista profissional de selecção, constam da acta de reunião do júri do concurso.

10.2 — A prova escrita de conhecimentos visa avaliar os níveis de conhecimentos académicos e profissionais do candidato, tendo a duração de 90 minutos, obedecendo ao programa de provas de conhecimentos específicos aprovado pelo despacho conjunto n.º 28/2003, de 27 de Novembro de 2002, do Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e da Direcção-Geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República* n.º 11, 2.ª série, de 14 de Janeiro de 2003.

10.3 — A classificação da prova de conhecimentos específicos é classificada de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovado o candidato que obtenha classificação inferior a 9,5 (nove vírgula cinco) valores.

10.4 — A classificação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovado o candidato que obtenha classificação inferior a 9,5 (nove vírgula cinco) valores, conforme o estatuído no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

11 — Formalização da candidatura — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à Senhora Secretária-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, podendo ser entregues pessoalmente neste Organismo, sito na Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa, ou remetidos pelo correio, considerando-se,

neste caso, entregues dentro do prazo os documentos expedidos até ao último dia do prazo fixado para a entrega da candidatura.

12 — Do requerimento de admissão deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade e nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, bem como serviço de identificação que o emitiu), residência, código postal e telefone;

b) Habilitações literárias;

c) Indicação de categoria que detém e respectivo escalão, serviço a que pertence e natureza do vínculo;

d) Identificação do concurso a que se candidata;

e) Quaisquer outros elementos que o candidato repute susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito.

13. O requerimento de admissão será acompanhado dos seguintes documentos:

a) Curriculum vitae detalhado, devidamente datado e assinado;

b) Declaração autenticada do Serviço especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades cometidas ao candidato, bem como o período a que as mesmas se reportam;

c) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;

d) Fotocópia dos documentos comprovativos das acções de formação profissional e respectiva duração;

e) Declaração emitida e autenticada pelo respectivo serviço, que comprove pela ordem indicada:

i) A categoria de que o candidato é titular;

ii) O tempo de serviço contado à data da publicação deste aviso, na categoria, na carreira e na função pública;

iii) A classificação de serviço obtida nos anos relevantes para efeitos de concurso;

14 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar aos candidatos, em caso de dúvida, o comprovativo das suas declarações.

15 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

16 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicitadas, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º e do n.º 4 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, respectivamente.

17 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Pedro Alexandre dos Santos Simão, Director de Serviços de Gestão e Inovação;

Vogais efectivos:

Anabela de Sousa Isidoro, Chefe de Divisão de Inovação e Comunicação, que substituirá o presidente, nas suas ausências e impedimentos;

Luísa Maria Rodrigues Narciso, Especialista de Informática de grau 3, da carreira de Especialista de Informática;

Vogais suplentes:

Ana Paula Oliveira Durão, Especialista de Informática de grau 3, da carreira de Especialista de Informática;

Maria da Luz Custódio da Silva, Técnica Superior Principal, da carreira de Técnico Superior.

23 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Luísa Danguês Tomás*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

Hospital de Magalhães Lemos

Aviso n.º 30744-B/2008

Nos termos do n.º 4 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 19.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 38.º, ambos da Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do Despacho n.º 27266-A/2008, de 24 de Outubro, o Conselho de Administração do Hospital de Magalhães Lemos autorizou e aprovou, através de deliberação com data de 16 de Dezembro de 2008, a seguinte lista nominativa do pessoal a colocar em mobilidade especial, por opção voluntária.

**Lista nominativa do pessoal do Hospital de Magalhães Lemos em situação de mobilidade especial por opção voluntária, em conformidade com o n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro e elaborada nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma**

Nome	Vínculo	Grupo de pessoal	Carreira/categoria	Escalão	Índice
Maria José Capelão Rodrigues de Oliveira.	Nomeação . . . . .	Serviços Gerais . . . . .	Chefe de Serviços Gerais . . .	2	300

Nos termos do disposto no artigo 13.º e 51.º da Portaria n.º 1499-A/2007, de 21 de Novembro, a presente lista é enviada à Entidade Gestora da Mobilidade e à Secretaria-Geral do Ministério da Saúde.

16 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Leuschner*.



## PARTE H

### CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

#### Aviso n.º 30744-C/2008

Para os devidos efeitos torna-se público, a transferência para o quadro de pessoal desta Autarquia, do Técnico Superior Principal (Área de Organização e Gestão), Amílcar António Grilo de Macedo, oriundo do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2008.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Pedro Manuel Igrejas da Cunha Paredes*.

301140133

classificação profissional do funcionário António Correia Marcelino para a categoria de Fiscal do Serviço de Higiene e Limpeza, substituindo-o pelo acto de reclassificação para a categoria de Encarregado de Serviços de Higiene e Limpeza, atendendo a que tal se revela uma necessidade permanente e de toda a conveniência para o serviço — de acordo com a informação do superior hierárquico, o funcionário tem assegurado a coordenação, orientação de um ou mais grupos de funcionários e supervisão dos trabalhos — e o funcionário em causa dá o seu assentimento.

O presente despacho reporta os seus efeitos a 1 de Outubro de 2008.

31 de Outubro de 2008. — O Vereador, em exercício permanente, *Gonçalo Nuno Caetano Alves*.

301104486

#### Aviso n.º 30744-G/2008

##### Revogação

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 7 de Novembro último, revoguei o meu anterior despacho de 25 de Setembro de 2008 — o qual determinava a reclassificação de José Maria Cruz Andril, de Canalizador para Mecânico e de Pedro Miguel Marques Ruivo, de Jardineiro para Motorista de Transportes Colectivos — tendo em consideração os pedidos apresentados pelos mesmos em manterem-se no exercício e nas anteriores categorias, bem como o parecer favorável do Director do Departamento de Serviços Urbanos que aponta para a conveniência de serviço nesse sentido.

O presente despacho reporta os seus efeitos a 1 de Outubro de 2008.

7 de Novembro de 2008. — O Vereador, em exercício permanente, *Gonçalo Nuno Caetano Alves*.

301104623

### CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

#### Aviso n.º 30744-D/2008

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho, proferido a 26 de Setembro último, foi nomeada, por transferência, no lugar de Técnico Profissional de 2.ª Classe (Medidor Orçamentista), Ana Patrícia Veiga Teles Veríssimo Moreira, funcionária do quadro da Câmara Municipal de Alfândega da Fê, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro. A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 01 de Outubro.

26 de Setembro de 2008. — O Vereador, em exercício permanente, *Gonçalo Nuno Caetano Alves*.

300801205

#### Aviso n.º 30744-E/2008

##### Licença sem vencimento de longa duração

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 10 de Outubro de 2008, foi autorizado o pedido de licença sem vencimento de longa duração ao funcionário José Manuel Pinto de Almeida, com a categoria de Cantoneiro de Limpeza, ao abrigo do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 28 Outubro.

21 de Outubro de 2008. — O Vereador, em exercício permanente, *Gonçalo Nuno Caetano Alves*.

300893433

#### Aviso n.º 30744-F/2008

##### Substituição

Para os devidos efeitos, torna-se público que, nos termos do artigo 147.º e artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo procedo à substituição do acto de nomeação que havia determinado a re-

#### Aviso n.º 30744-H/2008

##### Nomeações

Para os devidos efeitos torna-se público, que por meu despacho de 10 de Dezembro último, e nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7/12, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17/10, foram nomeados nas categorias indicadas e precedendo os respectivos concursos, os seguintes funcionários:

Engenheiro Assessor Principal — Fernando Geraldo Dias de Almeida;  
Engenheiro Principal — Paulo Carlos Campos, Paula Brice Freire Lopes, João Manuel Nunes Campos, Cristina Maria Faísca Anastácio Ferreira Neto Brandão, Florbela Soares Matos;

Técnico Superior Principal — Olga Sofia Neves Matos, Maria Arminda Duarte Soares, Catarina Isabel Figueiredo Martins Almeida, Margarida Aldina Marques Ribeiro, Maria Helena Ferreira Alves, Paula Maria Valente Marques, Patrícia Manuela Gonçalves Melo, Mafalda Isabel de Oliveira Leite;

Técnico Superior Jurista Principal — Maria João Fernandes Moreto;

Técnico Superior Jurista de 1.ª Classe — Telma Vidal Pereira, Maria da Luz Portugal Fontes Pereira de Melo Granjeira, Catarina Sofia Ventura Barrado Baptista Moniz;

Técnico Superior de 1.ª Classe — Renata Rocha Lucas, Maria Elisabete Ribeiro Silva, Pedro Luis Gonçalves Pereira Arêde;

Técnico Profissional de Construção Civil — Paulo Manuel Castro Silva Nina;

Técnico Profissional de Biblioteca e Documentação Especialista Principal — Joana Maria Seica Correia Pereira;

Técnico Profissional Principal — Maria do Céu dos Reis Castro, Marisa Duarte Mota Rebelo Castro, Cristina Maria Praça Ribeiro, Rita João Figueiredo da Velha, Carlos Alberto Vieira Vidal, Maria José Pereira Maia, Natália Maria de Jesus Marques Dias, Diana Ribau Cardoso, Maria José Ferreira Bichão, Daniela Queirós Barros de Oliveira Sousa, Vera Mónica dos Santos Maia, Anabela Ferreira Coutinho, Marlene Ramos Lousa Machado, Armando Paulo Gamelas Regala, Patrícia Teixeira Campos, Maria de Fátima Lé Ferreira, Renata Bárbara Matos Sequeira Corte Real, Sandra Maria Cardoso Neves Laranjeiro, Ana Cláudia Rodrigues Costa, Rui Fernando da Silva Varandas, Maria Elisabete Graça Marques, Sara Cristina Ribeiro de Jesus, Nuno Alexandre Almeida;

Desenhador Principal — Joaquim Carlos Pinho Valente;

Assistente Administrativa Especialista — Teresa Sandra Nunes Correia, Sandra Maribel Rodrigues Oliveira, Luísa Maria Santos Câlor, Maria José de Pinho Almeida, Ana Maria Peixoto Silva Rocha;

Assistente Administrativo Principal — Manuela Massa, João Carlos Silva Nunes Pereira;

Soldador Principal — Manuel Nunes Lopes;

Mecânico Principal — Alcino Pires Maia Canha;

Marceneiro Principal — Eduardo Martins Silva Marques;

Jardineiro Principal — Maria Emília Oliveira Soares Dias Carvalho, Ana Margarida Sarabando Monteiro, Mário Cruz Oliveira, Fernando Manuel Oliveira Morais, Pedro Miguel Marques Ruivo;

Pintor Principal — Gil Manuel Oliveira;

Pedreiro Principal — João Gonçalves Gomes;

Montador de Estruturas Principal — Armando José Guerreiro;

Canalizador Principal — José Maria Cruz Andril;

Viveirista Principal — Isaura Maria Almeida Santos.

Os nomeados deverão aceitar o lugar no prazo de 20 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

10 de Dezembro de 2008. — O Vereador, em exercício permanente, *Gonçalo Nuno Caetano Alves*.

301104161

#### Aviso n.º 30744-II/2008

##### Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 10 de Dezembro de 2008, e na sequência de procedimento reclassificativo ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e da alínea e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000 de 09 de Setembro, foram nomeados nas respectivas categorias, os seguintes funcionários:

Paulo Jorge Lemos Marques Fonseca — Engenheiro de 2.ª Classe, escalão 1 índice 400;

Jeanete Alfaiate da Conceição — Técnico Superior de Biblioteca e Documentação de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400;

Maria Clara Gomes de Jesus — Técnico de 2.ª Classe, escalão 1, índice 295;

Manuela Massa — Técnico de 2.ª Classe, escalão 1, índice 295;

Daniela Queirós Barros de Oliveira Sousa — Técnico de 2.ª Classe, escalão 1, índice 295;

Vera Mónica dos Santos Maia — Técnico de 2.ª Classe, escalão 1, índice 295;

Maria José Ferreira Bichão — Técnico de 2.ª Classe, escalão 1, índice 295;

Carlos Alberto Vieira Vidal — Técnico de 2.ª Classe, escalão 1, índice 295;

Crisanta Marques Martins — Técnico de 2.ª Classe, escalão 1, índice 295;

Natália Maria de Jesus Marques Dias — Técnico de Contabilidade e Administração de 2.ª Classe, escalão 1, índice 295;

Rita João Figueiredo da Velha — Técnico de Contabilidade e Administração de 2.ª Classe, escalão 1, índice 295;

Sandra Paula da Cunha Mota Figueiredo Santos Saraiva — Assistente Administrativo, escalão 2, índice 209;

Maria da Piedade Sobral Rodrigues — Auxiliar Administrativo, escalão 4, índice 155;

António Augusto Santos Dias de Oliveira — Auxiliar Administrativo, escalão 5, índice 170;

António Augusto dos Santos Saraiva — Auxiliar Administrativo, escalão 7, índice 199;

António José da Silva Simões — Auxiliar Administrativo, escalão 6, índice 184;

Maria Isabel Pinto Simões — Auxiliar de Serviços Gerais, escalão 5, índice 170;

Celestino Pereira Martins — Encarregado de Mercados, escalão 1, índice 244

Luís Miguel Pessoa Martins — Técnico de Informática Adjunto, Nível 3, escalão 1, índice 285.

Luiz Hygino da Cunha Lima — Técnico Superior de 2.ª Classe, escalão 1 índice 400;

Rosa Maria Pinto Mota — Técnico Superior de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400;

Paula Cristina Nogueira Bastos Almeida — Técnico Superior de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400;

Artur Domingos Pires Salvador — Técnico Superior de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400;

Gonçalo Luís Fontoura Lé — Técnico de Informática Adjunto Nível 3, escalão 3, índice 321;

António Luís Matos da Cunha — Técnico de Informática Adjunto Nível 3, escalão 3, índice 321;

Carlos Norberto Antunes Moreira — Técnico de Informática Adjunto Nível 3, escalão 1, índice 285;

Cristina Isabel Simões Batista — Assistente de Acção Educativa, escalão 1 índice 199;

Maria dos Anjos Loureiro Francisco Pereira — Assistente de Acção Educativa, escalão 1, índice 199.

Os nomeados deverão aceitar o lugar no prazo de 20 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

10 de Dezembro de 2008. — O Vereador, em exercício permanente, *Gonçalo Nuno Caetano Alves*.

301104364

## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

### Aviso n.º 30744-J/2008

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu Despacho de 18 de Dezembro de 2008, foram nomeados, nos termos do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos classificados nos concursos internos de acesso limitado a seguir referidos, abertos pelas Ordens de Serviço n.ºs 4, 6, 7 e 8/2008, tendo os mesmos o prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso para assinar o respectivo termo de aceitação de nomeação:

Arquitecto assessor — Fernando Jorge Carvalho Morais Gomes, Laura Maria Nabais Tavares de Ascensão e Luísa Francisca Cubeles Lousan;

Arquitecto principal — Sérgio Braz Antão e Susana Miranda Lourenço Pimenta de Sousa;

Arquitecto de 1.ª classe — Ilda Branca Ribeiro Marques, Maria Silvia Reis de Aveiro e Pedro Manuel Ferreira da Silva Tiago;

Arquitecto paisagista principal — Ana Cristina Malheiro Pedro Gomes;

Engenheiro civil principal — Andreia Raquel Santos Almeida Pinheiro da Silva;

Engenheiro civil de 1.ª classe — Manuel Estevão Moreira Pires;

Técnico superior de 1.ª classe (área de línguas e literaturas modernas) — Maria da Conceição Santos Teixeira Couto;

Técnico superior de 1.ª classe (área de geografia e planeamento) — João Uno Moutinho Teixeira Vilhena Gusmão;

Técnico superior consultor jurídico assessor — José António Correia Fortes de Morais;

Técnico superior consultor jurídico principal — Pedro Miguel Brandão Magalhães, Romana de Jesus Brê de Abreu Torres e Virgílio Manuel Novera da Silva Gomes;

Técnico superior consultor jurídico de 1.ª classe — Diana Sofia Alves Fernandes da Silva Martins;

Técnico superior de desporto principal — Alexandrina Areal dos Santos e André Artur Gomes dos Santos Rodrigues da Conceição;

Técnico superior de desporto de 1.ª classe — José Alberto de Sousa Azevedo;

Técnico Superior de Economia de 1.ª classe — Helena Conceição Mendes Silva Carvalho Constante Oliveira e Sónia Cristina Bastos Pereira;

Técnico superior de gestão autárquica principal — Joaquim Acácio Belo Faustino;

Técnico superior de museus de 1.ª classe — Luís André Tato Marinho Tomé Ribeiro;

Técnico superior de recursos humanos de 1.ª classe — Fernanda Maria Alves Carneiro de Almeida e Paulo Oliveira Lourenço;

Técnico superior de relações públicas — Ângela Cristina Ribeiro Monteiro, Carla Maria Ferreira da Costa, Carla Sofia Pontes Brízido e Marta Helena Campos da Silva Moreira;

Técnico principal generalista — Aníbal Moreira da Costa Guedes, Fernando Carneiro de Sousa, Gabriel Manuel Saraiva Rodrigues, Salvador Magalhães Martins e Vítor José Carneiro de Sousa;

Técnico de secretariado de 1.ª classe — Sandra Marina de Sousa Martins;

Desenhador principal — Diogo Filipe Carvalho de Araújo e Luís Manuel Ribeiro de Sousa;

Técnico profissional de animação desportiva principal — Célia Cristina Rodrigues da Silva;

Técnico profissional de animação desportiva de 1.ª classe — Rui Paulo Torres Taxa e Susana Alexandra Moreira e Silva;

Técnico profissional de construção civil principal — Carlos Acílio Ferreira da Silva;

Técnico profissional de secretariado especialista — Fernanda Augusta dos Santos Lessa da Silva Teixeira e Manuela Fernanda de Sousa Carvalho Carneiro;

Tesoureiro especialista — Maria Manuela Maia Moreira da Silva;

Assistente administrativo especialista — António Eduardo Duarte Santos, Carla Maria Ferreira Quintas, Cristina Maria Cruz Dias, Dulce Maria Aguiar Cerqueira, Helena Maria Duarte Barros, José Manuel Meireles Prata, Licínio José Ribeiro Sousa, Maria Júlia Moreira Gomes Pires, Maria Laura Monteiro Martins Antunes e Rosa Ângela Santos Matos;

Assistente administrativo principal — Ana Maria Ferreira Marques, Anabela Ferreira Gonçalves, Armando Alfredo Silva Pereira Sousa, Bruno Ricardo Costa Moreira, Carina Sofia da Silva Mendes, Carla Nogueira Couto, Célia Maria Ferreira Gonçalves Pereira, Cláudia Cristina Barbosa Macedo, Helena Maria Alves Portela Leite, Iolanda Rocha Duarte, José Pedro Sousa Maia Monteiro Pereira, Liliana Felismina Prata Gonçalves, Márcia Andreia Martins Pinheiro Oliveira, Maria Amélia Ferreira Sousa Soares, Maria das Dores Brito Tavares, Maria Fátima Gonçalves Santos Cardoso, Maria Manuela Gregório Pereira Dias, Sandra Maria Gomes Carvalho, Soraia Maria Assunção Vieira Sousa e Susana Margarida Martins Gomes Almeida.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António Gonçalves Bragança Fernandes*.

301137826

## CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

### Aviso n.º 30744-L/2008

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que por despachos do Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, Prof. Correia Pinto, de 29/11, 04 e 09/12/2008 foram reclassificados os seguintes funcionários:

Ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 11 de Novembro.

Com efeitos a 1 de Dezembro:

Dário Sérgio Ribeiro Nunes, Operário Qualificado, escalão 2, índice 151, Eduardo José Moreira Ferreira, Apontador, escalão 3, índice 165 e Maria Arminda Rodrigues Forte, Apontadora, escalão 1, índice 146 para as categorias de Assistente Administrativo, escalão 1, índice 199;

Com efeitos a 5 de Dezembro:

Álvaro Miguel Costa Monteiro Valente, Apontador, escalão 1, índice 146, para a categoria de Assistente Administrativo, escalão 1, índice 199; Angelina Maria Carvalho Fernandes Magalhães, Auxiliar de Serviços Gerais, escalão 5, índice 170, para a categoria de Auxiliar Técnica de Museografia, escalão 1, índice 199; Mónica Maria Fonseca Azevedo, Técnica-Profissional de Museografia Principal, escalão 1, índice 238, para a categoria de Técnica Superior de História de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400.

Ao abrigo da alínea d) do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

Com efeitos a 5 de Dezembro e em regime de comissão de serviço pelo período de 1 ano:

Agostinho Melo Dias, assistente administrativo especialista, escalão 1, índice 269, para a categoria de Técnico Superior de Gestão Autárquica (Estagiário), escalão 1, índice 321; Angélica Susana Ramos Gavina Monteiro, Engenheira Técnica Mecânica de 2.ª Classe, escalão 1, índice 295, para a categoria de Engenheira Mecânica (Estagiária), escalão 1, índice 321; Carlos Alberto Carvalho Silva, assistente administrativo especialista, escalão 1, índice 269, para a categoria de Técnico Superior de Marketing (Estagiário), escalão 1, índice 321; José Carlos Teixeira Abreu Costa, Assistente Administrativo Principal, escalão 1, índice 222, para a categoria de Técnico Superior Jurista (Estagiário), escalão 1, índice 321;

Com efeitos a 10 de Dezembro e em regime de comissão de serviço pelo período de 1 ano:

Henrique Jesus Rodrigues, Margarida Alexandra Ceia Martins, Pedro Daniel Vale Rodrigues Ferreira e Romeu Orlando Pereira Rodrigues, Agentes Municipais de 1.ª Classe, escalão 1, índice 222, para a categoria de Técnico Superior de Polícia Municipal (Estagiário), Técnica Superior de Organização e Gestão (Estagiária), Técnico Superior de Economia (Estagiário) e Técnico Superior de Gestão de Recursos Humanos (Estagiário) escalão 1, índice 321, respectivamente; Mário Filipe Martins Fontes Pinto Moreira e Ruy Manuel Pereira Duarte Silva, Assistentes Administrativos Especialistas, escalão 1, índice 269, para a categoria de Técnico Superior de História (Estagiário) e Técnico Superior de Economia (Estagiário), escalão 1, índice 321, respectivamente; Paulo Jorge Rodrigues Gonçalves, Agente Municipal de 2.ª Classe, escalão 1, índice 199, para a categoria de Técnico Superior de Geografia (Estagiário), escalão 1, índice 321.

19 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.

301136408

### Aviso n.º 30744-M/2008

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que na sequência de processos de reclassificação profissional e por despachos exarados em conformidade com o artigo 68.º, n.º 1, al. g) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e em cumprimento do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado na administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, foram nomeados:

De 04/09/2008, da Directora dos Serviços de Relações Públicas e Comunicação, Dr.ª Manuela Espírito Santo:

Margarida Fátima Leite Silva, como Auxiliar Administrativa, escalão 7, índice 199, Maria Armada Moreira Cunha Ribeiro e Maria Augusta Luz Araújo Fernandes, como Auxiliares Administrativos, escalão 1, índice 128; Susana Margarida Fidalgo Pereira, como Assistente Administrativa, escalão 1, índice 199.

De 30/09/2008, do Director Municipal do Gabinete de Tecnologias de Informação, Eng. João Prudente:

Hugo Alexandre Azevedo Soares Falcão, como Auxiliar Administrativo, escalão 1, índice 128.

De 16/10/2008, do Director Municipal de Investimentos e Infra-estruturas, Eng. Joaquim Sousa:

Isabel Oliveira Faria Soares, como Auxiliar de Serviços Gerais, escalão 6, índice 184.

De 11/12/2008 e 22/12/2008, do Director Municipal de Administração e Finanças, Dr. Jorge Figueirinha:

Maria João Pinheiro Correia, e Paula Isabel Peixoto Cardoso, como Assistentes Administrativas, escalão 1, índice 199.

De 11/12/2008, da Directora do Departamento de Cultura e Turismo, Dr.ª Clarisse Castro:

Maria Blandina Fonseca Vasconcelos, como Auxiliar Administrativa, escalão 1, índice 128.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.

301145561

**CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL****Aviso n.º 30744-N/2008**

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 22 de Dezembro de 2008, determinei, no uso das competências que me são conferidas pela alínea *a*), do n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, conjugados com a alínea *a*), do n.º 1, do artigo 4.º, do referido Decreto-Lei n.º 238/99, com base na faculdade insita no n.º 6, do artigo 12.º, do aludido Decreto-Lei n.º 204/98, e por estar em causa a ausência do primeiro vogal efectivo que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos, ausência que permanece até 31/12/2008, e importando tornar conclusos os concursos externos de ingresso de 1 Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho Estagiário e de 1 Técnico Superior (Engenheiro do Ambiente) Estagiário, cujo aviso foi publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 171, de 5 de Setembro de 2007 e Rectificação n.º 1519/2007 publicada na mesma Série, n.º 177, de 13 de Setembro e Anúncio publicado no Jornal “Correio da Manhã”, no dia 6 de Setembro de 2007, a alteração da composição dos júris visados, designados por meu despacho de 13 de Junho de 2007, em termos que o primeiro vogal efectivo de ambos os concursos passe a ser, em substituição de Michäel Mota António, Vereador em regime de permanência, Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Vereador em regime de permanência, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*.

301154017

**CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA****Aviso n.º 30744-O/2008****Nomeação para preenchimento de uma vaga de Operário Qualificado — Cantoneiro de Arruamentos**

Para os devidos efeitos, torna-se público que por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Ribeira Brava de 15 de Dezembro de 2008, foi nomeado para o lugar de Operário Qualificado Principal — Cantoneiro de Arruamentos do grupo de pessoal operário qualificado, o candidato, Noel Andrade do Nascimento.

Esta nomeação foi precedida de concurso interno de acesso geral, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 03 de Novembro de 2008.

O nomeado deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. Isento

de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

16 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Ismael Fernandes*.

301154852

**JUNTA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO DOURO****Aviso n.º 30744-P/2008****Reclassificação profissional**

Para os devidos efeitos se torna público que por deliberação da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, de 23 de Dezembro de 2008, e ao abrigo da alínea *e*), do artigo 2.º e alínea *a*), n.º 1 e n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplica à administração local o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi reclassificada profissionalmente a funcionária Maria de Fátima Pereira dos Reis, auxiliar administrativa, escalão 1, índice 128, para a carreira/categoria de Assistente administrativo, escalão 1 índice 199.

A funcionária reclassificada deverá aceitar o respectivo lugar no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* (Não carece de visto do Tribunal de Contas).

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Eduardo Vítor Almeida Rodrigues*.

301152649

**JUNTA DE FREGUESIA DE VAQUEIROS****Aviso (extracto) n.º 30744-Q/2008****Concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de assistente administrativo principal**

Daniel João Valente das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, torno público que, por meu despacho de 11/12/2008, exarado no uso da competência que me é conferida pelo disposto na alínea *d*) do n.º 1 do art.34.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi nomeado, nos termos dos artigos 6.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 16 de Outubro, para o lugar de Assistente Administrativo Principal, o candidato classificado em 1.º lugar: Perpétua Marta Teixeira Martins. O candidato deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. Mais se torna público que a presente nomeação está isenta de visto do Tribunal de Contas.

12 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Daniel João Valente das Neves*.

301138814

**PARTE J****CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA****Aviso n.º 30744-R/2008****Procedimento concursal para o provimento de uma vaga de chefe de divisão, para a área de administração geral e recursos humanos (cargo de direcção intermédia de 2.º grau), do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ribeira Brava.**

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, faz -se público que, por deliberação tomada em reunião extraordinária de 22 de Dezembro de 2008, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal para o provimento do cargo supramencionado.

Este procedimento rege -se pelo disposto nos seguintes diplomas:

Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto; Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho; Decreto-Lei n.º 353 -A/89, de 16 de Outubro; Decreto-Lei n.º 427/89,

de 7 de Dezembro; e Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/M, de 24 de Junho.

1 — Área de actuação: traduz -se no exercício das competências definidas no artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/M, de 24 de Junho, no âmbito das competências previstas para a Área de Administração Geral e Recursos Humanos (constantes dos artigos 34.º, 35.º, 36.º e 37.º do Regulamento dos Serviços desta Câmara Municipal, publicitado através do Regulamento n.º 204/2008, publicitado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 75, de 16 de Abril de 2008), sem prejuízo de outras que lhe venham a ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços e, eventualmente, as competências que lhe forem delegadas, nos termos da lei.

2 — Área de recrutamento: Podem apresentar candidatura os funcionários que reúnam os requisitos definidos no artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/M, de 24 de Junho.

3 — Perfil pretendido: Licenciatura adequada. Poderão também ser opositores ao concurso os funcionários nas condições definidas no n.º 2, do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/M, de 24 de Junho.

4 — Condições preferenciais: funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, com o mínimo de 3 (três) anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias. Pretende — se ainda que os candidatos detenham comprovados conhecimentos técnicos na área de actuação do cargo de direcção em causa, comprovada experiência de direcção de equipas de trabalho, bem como formação profissional adequada e capacidade de definição de objectivos de actuação, de acordo com os objectivos gerais estabelecidos.

5 — Remuneração mensal/base: € 2.540,17 (dois mil, quinhentos e quarenta euros e dezassete cêntimos) acrescido das demais regalias genericamente vigentes na Administração Local.

6 — Prazo de apresentação de candidaturas: 10 (dez) dias úteis após a publicação deste aviso no *Diário da República*;

7 — Local de trabalho: Município de Ribeira Brava;

8 — Métodos de selecção: serão utilizados os seguintes métodos de selecção:

EPS = Entrevista profissional de selecção;

AC = Avaliação curricular;

PEC = Prova de Conhecimentos Específicos.

A Entrevista Profissional de Selecção será pública, e avaliará numa forma inter pessoal e de forma objectiva e sistemática as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo considerados os seguintes factores de apreciação

Motivação para a função, entendendo-se esta como a predisposição natural para o exercício de uma função que envolve o gosto pela liderança de indivíduos e grupos, a definição de objectivos organizacionais enquadrados na política geral da autarquia, superiormente definida, a organização, o planeamento e a programação das acções visando a consecução dos objectivos, bem como a responsabilidade pelo trabalho de equipa que dirige;

Sentido crítico, mais precisamente, a capacidade de censurar, apreciando, observando e ponderando consciente e criteriosamente o que existe de bom e de mau;

Expressão e fluências verbais, entendendo-se esta como a capacidade para se exprimir oralmente, com clareza, precisão dos termos, fluência da linguagem e riqueza de vocabulário;

Capacidade de estabelecer objectivos organizacionais, entendendo-se esta como a capacidade para organizar, estruturar, planear o trabalho, estabelecendo metas a atingir, tendo em vista a consecução dos objectivos pretendidos.

Através da seguinte classificação:

Resposta precisa, concisa, integralmente fundamentada — 20 (vinte) valores;

Resposta precisa com fundamentação incompleta — 16 (dezasseis) valores;

Resposta suficientemente elaborada — 14 (catorze) valores;

Resposta com abordagem apenas indirecta — 10 (dez) valores;

Ausência de resposta ou resposta errada — 2 (dois) valores;

AC = Avaliação curricular;

A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para a qual o procedimento concursal é aberto, com base na análise do respectivo currículo.

A avaliação curricular será expressa através da seguinte fórmula, onde serão considerados os seguintes factores:

$$AC = (HL + FP + EP)/3$$

em que:

HL = Habilitações literárias:

Licenciatura exigida — 16 (dezasseis) valores;

Mestrado — 18 (dezoito) valores;

Doutoramento — 20 (vinte) valores;

FP = Formação profissional enquadrada na área de recrutamento:

Será ponderado o total da duração das acções de formação, relacionados com a área de actividade do cargo a prover, onde serão atribuídos 2 (dois) valores ao valor mínimo, por cada acção de formação, até ao limite de 20 (vinte) valores.

Mínimo — 10 (dez) valores;

Máximo — 20 (vinte) valores;

EP = Experiência profissional:

Trabalho desenvolvido e relacionado com a área funcional do lugar posto a concurso. A pontuação será feita em anos completos (ano = 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias), em que por cada ano complementar acresce 1 (um) valor, até ao limite de 20 (vinte) valores.

Ausência de qualquer experiência profissional anterior — 10 (dez) valores;

Experiência desadequada ao exercício das funções correspondentes ao conteúdo funcional do lugar posto a concurso — 11 (onze) valores;

Experiência profissional anterior considerada adequada ao exercício das funções correspondentes ao conteúdo funcional do lugar posto a concurso — 12 (doze) valores.

PEC = Prova de Conhecimentos Específicos;

Prova de conhecimentos (escrita), destinada a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função, terá a duração de duas horas e com uma classificação entre 0 (zero) a 20 (vinte) valores e versará os seguintes temas:

Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidos pela Lei n.º 8/95, de 29 de Março, e Lei n.º 94/99, de 16 de Julho — regula o acesso aos documentos da Administração;

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações que lhe foram introduzidos pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, 157/2001, de 11 de Maio, sobre o Regime de Férias, Faltas e Licenças dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local;

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pela Lei n.º 58/2008 de 9 de Setembro;

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91 de 15 de Novembro, alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de Janeiro;

Regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias e respectivas competências, aprovado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Regime de Férias, Faltas e Licenças, dos funcionários e agentes da Administração Pública e local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio, 169/2006, de 17 de Agosto, e 181/2007, de 9 de Maio;

Regime Jurídico de emprego na Função Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local através do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, Lei n.º 6/92, de 29 de Abril, Decreto-Lei n.º 175/95, de 21 de Julho, e Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, alterado pela Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro;

SIADAP — Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, Portaria n.º 509-A/2004 de Maio, Resolução do Conselho de Ministros n.º 199/2005, Decreto Regulamentar n.º 4/2006, de 7 de Março, Decreto Regulamentar n.º 6/2006, de 20 de Junho;

Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

9 — Classificação final: será expressa de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, efectuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (EPS + AC+PEC)/3$$

em que:

CF = Classificação final;  
EPS = Entrevista profissional de selecção;  
AC = Avaliação curricular;  
PEC = Prova de Conhecimentos Específicos.

10 — Forma de provimento: Nos termos do disposto do n.º 11, do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/M, de 24 de Junho.

11 — Formalização das candidaturas: as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ribeira Brava, Rua do Visconde 56, 9350-213 Ribeira Brava, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção até ao termo do prazo fixado para a entrega das candidaturas.

Do requerimento de candidatura devem constar os seguintes elementos: identificação completa (nome, estado civil, nacionalidade, data de nascimento, número e data de emissão do Bilhete de Identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de Contribuinte Fiscal, morada completa e número de telefone para contacto), identificação do cargo a que se candidata e do local em que o aviso de abertura foi publicado, bem como declaração, sob compromisso de honra, da situação em que se encontra relativamente aos requisitos legais previstos no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/M, de 24 de Junho.

12 — O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias exigidas e do currículo profissional detalhado, que caso não sejam entregues, determinarão a exclusão do candidato;

b) Declaração autenticada do serviço a que se encontra vinculado o candidato, com a indicação da existência e natureza do vínculo, da categoria e da antiguidade na mesma, bem como a antiguidade na carreira e na função pública, que caso não seja entregue determinará a exclusão do

candidato (só para candidatos que não pertençam ao quadro de pessoal deste Município);

c) Fotocópia dos documentos comprovativos das formações e experiência profissionais.

13 — Composição do Júri: o júri do presente concurso, é constituído nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/M de 24 de Junho, sendo composto:

Presidente — José Ismael Fernandes, Presidente da Câmara Municipal;

Vogais efectivos — Dr. Rui Manuel Nóbrega da Paixão, Director Serviço Finanças Autárquicas — substitui o Presidente na sua ausência. António Pereira Neto, Chefe de Divisão do Município do Funchal.

Vogais suplentes — José Irineu Andrade Nascimento, Vereador da Câmara Municipal Ribeira Brava;

Inácio Tadeu dos Santos Caldeira, Chefe de Divisão do Município de São Vicente.

14 — Em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência.

15 — Os candidatos com deficiência devem declarar no requerimento de admissão sob compromisso de honra sobre o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata de documentos comprovativos. Devem ainda mencionar as respectivas capacidades de comunicação/expressão.

O presente aviso será publicado em Jornal de expansão nacional e no *Diário da República*, a sua publicação na bolsa de emprego público é facultativa, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril, conforme referem os números 1 e 2, do artigo 9.º Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/M, de 24 de Junho.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Ismael Fernandes*.

301154503

---

*II SÉRIE*



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

*Diário da República Electrónico:*

Endereço Internet: <http://dre.pt>

*Contactos:*

Correio electrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt)

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750

---